

REFLEXÕES SOBRE A MEDICALIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

PRISCILLA CORRÊA DE OLIVEIRA¹
Primeiro-Tenente (T)

SUMÁRIO

Introdução
Perspectiva histórica
A oferta médica
Os ideais pós-modernos
A demanda do paciente
A medicalização e sua relação com as toxicomanias
Análise a partir de Freud
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Este artigo surge na tentativa de formalizar algumas questões suscitadas na escuta dos pacientes atendidos pelo Serviço de Assistência Psicológica do Núcleo do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM) do Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (Ciampa) e, posteriormente, debati-

das no Colóquio sobre a Medicalização na Contemporaneidade, realizado naquele Centro de Instrução nos dias 13 e 14 de novembro de 2008, com a presença de palestrantes convidados das áreas da psicologia, psiquiatria e psicanálise.

Os atendimentos psicológicos desse Núcleo evidenciaram um número crescente de pacientes que fazem uso regular de psicofármacos², alguns deles sem a devida

1 Psicóloga, Mestre em Teoria Psicanalítica pela UFRJ.

2 Psicofármacos podem ser definidos sucintamente como medicamentos que exercem efeitos psicológicos.

prescrição médica. Esse fato nos impõe uma reflexão mais detida sobre a situação da medicalização na contemporaneidade, a fim de melhor compreender o crescimento desenfreado do uso dessas drogas lícitas, para repensar o lugar do psicólogo diante desse fenômeno.

Notamos que os medicamentos têm ocupado um lugar privilegiado na dinâmica psíquica dos sujeitos que nos chegam. Estes frequentemente aparecem medicados, às vezes quase dopados, fazendo uso de psicofármacos que, eventualmente, sequer foram prescritos por médicos habilitados, tendo sido indicados pelo cônjuge, por familiares, amigos, etc.

Torna-se explícito o quanto a medicalização tem se feito presente para dar conta do mal-estar psíquico dos nossos pacientes. Isso nos leva a questionar se esse uso crescente de psicofármacos é simplesmente fruto do avanço farmacológico ou se estamos diante de um abuso medicamentoso por parte dos pacientes e, algumas vezes, dos próprios médicos.

O aumento desmedido da demanda e da oferta medicamentosa representa grande preocupação para os profissionais da psicologia e da psicanálise, pois interfere diretamente na clínica dessas especialidades. Esse fato reflete a especificidade do momento em que vivemos e nos coloca a necessidade de investigar o seu surgimento, bem como de pensar sobre as possíveis consequências desse movimento da atualidade.

Para tanto, partiremos de uma digressão histórica que nos permita seguir os caminhos percorridos pela psicopatologia e pela psiquiatria até chegarmos aos fenômenos contemporâneos de medicalização. Abordaremos a perspectiva histórica dos discursos psicopatológico e psiquiátrico, posto que estes, direta ou indiretamente, impõem a forma como os psicofármacos são indica-

dos e prescritos, ditando a relação entre as enfermidades e a farmacologia.

PERSPECTIVA HISTÓRICA

Segundo Birman (2001), o enorme avanço da psicofarmacologia a partir dos anos 50 ofereceu à psiquiatria a oportunidade de conquistar legitimidade médica e científica. Era a chance de a psiquiatria afirmar-se como especialidade médica e, ainda, de fundamentar-se sobre o discurso da ciência biológica, fator que sempre foi tomado como sinônimo de maior credibilidade. Mas foi na década de 70 que de fato passou a vigorar o modelo biológico, que viria impor novas bases ao discurso psicopatológico e à psiquiatria, distanciando-os da psicanálise e das psicoterapias.

O autor supracitado explica que, nesse momento, a psicopatologia passa a tomar como base as neurociências, seguindo em direção ao fundamento biológico que, supostamente, viria garantir-lhe cientificidade. Ao apoiar-se nas neurociências, a psicopatologia parte para uma leitura biológica dos processos psíquicos, caminhando rumo à redução da concepção do psiquismo ao mero funcionamento cerebral. Com isso, aos poucos, deparamo-nos com tentativas de compreensão do funcionamento psíquico e da subjetividade resumidas à bioquímica dos neurotransmissores.

Nada mais compreensível que esse movimento, que progressivamente colocou a psicopatologia biológica no centro do discurso psiquiátrico, venha situar a medicação psicofarmacológica como modalidade privilegiada de intervenção psiquiátrica. Ao estabelecer a psicofarmacologia como principal referencial do tratamento psiquiátrico, deixa-se pouco ou nenhum espaço para a subjetividade, para se pensar a singularidade de cada caso – tal como era a proposta psicanalítica. Consequentemente, as psico-

terapias ficam relegadas a segundo plano em relação à intervenção psicofarmacológica. Nas palavras de Birman (2001: 186):

“A ideia de história de uma subjetividade, articulada com o eixo do tempo, tende ao silêncio e ao esquecimento. É sempre a pontualidade da intervenção, centrada no psicofármaco, que está em questão na terapêutica do dispositivo psiquiátrico da atualidade.”

O que o autor ressalta é que a preocupação em compreender a singularidade do sujeito, em pensar a enfermidade dentro de sua história particular, tem sido desprezada. O que passa a interessar é a medicalização do sintoma apresentado pelo paciente.

A OFERTA MÉDICA

A concepção tradicional da enfermidade anteriormente centrada em sua etiologia passa a priorizar no tratamento a simples remissão dos sintomas, por meio do medicamento. E desde que a psiquiatria privilegia o medicamento, podemos dizer que já não se pretende mais a cura, uma vez que esta necessariamente está relacionada à etiologia da enfermidade, às suas causas. Portanto, quando o medicamento é situado como principal meio de ação terapêutica, estamos diante da tentativa de regulação do mal-estar, caracterizando uma intervenção meramente paliativa.

Na medida em que não há mais interesse na etiologia da enfermidade ou na singularidade de cada caso, a escuta do paciente passa a ser outra. Isso explica os atendimentos psiquiátricos cada vez mais curtos,

em que o médico utiliza apenas o tempo necessário para identificar o sintoma a ser suprimido e definir a medicação a ser prescrita. Tornam-se raros os atendimentos que não resultam na prescrição de psicofármacos.

O medicamento, por sua vez, acaba por extrapolar a indicação terapêutica a ele conferida por um diagnóstico e afirma-se como forma de enganar o sujeito, fazendo-o esquecer a sua infelicidade. Isso permite sustentar a ilusão de que há remédio para tudo, promessa que leva a utilização dos psicofármacos a ultrapassar o campo da psiquiatria, trazendo-a para a clínica médica em geral, onde sua utilização é progressivamente mais farta

e massificada. Desde então, muitos clínicos passam a prescrever de maneira indiscriminada esses medicamentos tidos como “mágicos” – os psicofármacos – sempre que se deparam com um caso de angústia, tristeza ou mal-estar psíquico. Esse fato explica a difusão e banalização do uso de ansiolíticos e antidepressivos na atualidade.

A preocupação em compreender a singularidade do sujeito, em pensar a enfermidade dentro de sua história particular, tem sido desprezada

OS IDEAIS PÓS-MODERNOS

Outro aspecto fundamental a ser abordado se pretendemos elucidar o lugar da medicalização na contemporaneidade diz respeito aos ideais deste tempo. Precisamos levar em conta os valores exaltados pelo contexto histórico atual e considerar os ideais que nos são oferecidos na contemporaneidade, determinando o que devemos ser.

De acordo com Birman (2001), o estilo de ser demandado aos sujeitos da atualidade caracteriza-se pela exibição e teatralidade. O pós-modernismo impõe a exaltação do eu e a estetização da existência, o que

explica a preocupação excessiva com a imagem e com a autoestima nos dias atuais. Afinal, o sujeito está sempre tentando adequar-se aos ideais de seu tempo.

A pós-modernidade acabou com o *glamour* dos melancólicos e dos sofredores e promoveu uma ética oposta, impondo a estetização da existência e a inflação do eu. O sujeito desse tempo deve estar sempre no campo do prazer, evitando qualquer tipo de dor. A medicina contemporânea apenas corrobora tais ideais, uma vez que oferece a todos a ilusão de que, por meio da medicalização, é possível escapar da dor e manter-se no prazer. Vende-se com os psicofármacos a ideia de que é possível calar o sofrimento psíquico inerente ao humano.

Por outro lado, aquele que não consegue realizar essa esperada exaltação de si mesmo que a pós-modernidade tanto almeja é discriminado. É

o que ocorre com os deprimidos e fóbicos (aqui incluídos os que sofrem da síndrome do pânico), que, incapazes de apresentarem-se com o colorido e a teatralidade que a cultura contemporânea pede, são impelidos à prescrição medicamentosa, oferecida como promessa de inseri-los na sociedade atual.

A oferta de drogas eficazes contra a angústia e contra as depressões provoca uma mudança estrutural na relação do sujeito ocidental com a dor psíquica, que até então esteve fora do controle médico. A partir daí, demanda-se a intervenção química dos medicamentos diante de qualquer transformação negativa do humor.

A DEMANDA DO PACIENTE

Diante dessa sedutora oferta farmacológica, surge uma demanda voraz por parte

dos pacientes. Deparamo-nos com sujeitos empenhados em uma busca desesperada por algo capaz de tamponar sua angústia constitutiva, passível de protegê-los das desilusões da vida e livrando-os de qualquer possibilidade de desprazer. Trata-se de uma tentativa de alienação que visa a um não saber sobre as questões fundamentais do ser humano, da sua “dor de existir”.

Isso nos permite compreender por que, do lado do paciente, é cada vez mais frequente a procura pelo profissional de saúde na expectativa de que a solução para sua enfermidade venha em forma de comprimido, de preferência de efeito imediato. Podemos dizer que essa é a

resposta do paciente à oferta contemporânea.

Ao mesmo tempo, a demanda medicamentosa desse sujeito é a maneira que ele encontra de tentar livrar-se de seu mal-estar sem ter que se

questionar em relação a sua enfermidade. Dessa forma ele não precisa responsabilizar-se por seu padecimento, depositando na medicina a esperança de uma solução que não o inclua, que não o obrigue a produzir significações para seu sofrimento.

A MEDICALIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AS TOXICOMANIAS

O grande problema com que vamos nos deparar desde que os medicamentos são oferecidos como solução privilegiada para os males característicos de nosso tempo, tais como a depressão e a síndrome do pânico, é o risco de caminharmos rumo às toxicomanias. Afinal, se o tratamento dessas patologias passa a ser basicamente reduzido à prescrição de psicofármacos, po-

Vende-se com os psicofármacos a ideia de que é possível calar o sofrimento psíquico inerente ao humano

demos estar simplesmente substituindo uma enfermidade por outra.

Isso nos obriga a observar que as drogas oferecidas pela indústria farmacêutica, lícitas e com embasamento médico-científico, prometem o mesmo que as drogas ilícitas do narcotráfico: o evitamento de qualquer sofrimento psíquico. E, tal como as drogas ilícitas, os psicofármacos trazem consigo o risco da adicção. Esse risco é ainda mais alarmante se notarmos que o desamparo humano só aumenta na pós-modernidade, apontando para a tendência à busca por esses artifícios de fuga do sofrimento também continuar crescendo.

Ou seja, o aumento progressivo das toxicomanias está intimamente ligado ao fato desta patologia inscrever-se nos pressupostos da contemporaneidade, uma vez que oferece a ilusão de suprimir o sofrimento e a dor da sociedade por meio da droga, seja ela lícita ou ilícita, inserindo os sujeitos – mesmo que por uma fração de tempo – na exaltação do eu, tal como se espera de todos na atualidade.

ANÁLISE A PARTIR DE FREUD

Além de atravessar o percurso histórico dos discursos psiquiátrico e psicopatológico e investigar os ideais que marcam a sociedade pós-moderna, para pensarmos a medicalização na contemporaneidade é essencial considerar os componentes psíquicos que fazem dos psicofármacos objetos tão sedutores para os seres humanos.

Como Freud já havia alertado em *O Mal-Estar na Civilização* (1930 [1929]), a realidade é árdua demais para os seres humanos. Para encará-la, precisamos lançar mão de medidas paliativas – mecanismos de escape. Dentre elas, o autor destaca as substâncias tóxicas, apontando que estas, por meio da atuação química sobre o corpo, seriam capazes de nos tornar insensíveis ao sofrimento ou de forjar sensações de prazer.

De acordo com o mesmo autor, o maior propósito de vida dos sujeitos é a felicidade. A felicidade, por sua vez, seria fruto da busca

do prazer e, ao mesmo tempo, da fuga do desprazer, do sofrimento. E, segundo ele, a melhor forma de evitar o sofrimento seria por meio da influência direta em nosso organismo.

Freud (1996 [1930]) esclarece que o método mais eficaz nessa regulação do prazer seria o químico, a intoxicação. Ressalta, porém, que esse é um mecanismo agressivo. Mas o que é mais incrível é que desde 1930 o autor mostra-se atento à forma como determinadas

substâncias reagem em nossos corpos, podendo tanto provocar sensações prazerosas como alterar nossa sensibilidade ao ponto de deixar-nos insensíveis a determinados estímulos considerados desprazerosos.

Além disso, essa intoxicação permitiria um afastamento da realidade externa, distanciando o sujeito daquilo que o angustia, aliviando a pressão da realidade e garantindo-lhe certo refúgio.

Isso nos ajuda a entender por que a oferta medicamentosa característica da contemporaneidade é tão irresistível para

Se de um lado o sujeito demanda livrar-se de sua angústia – mesmo que sob o preço de abrir mão de sua subjetividade –, de outro lado há a oferta de medicamentos que prometem aliviá-lo do sofrimento psíquico por meio do entorpecimento

os sujeitos, levando-os a comprar a ilusão de que o consumo dessas substâncias poderá livrá-los de sua angústia constitutiva. Nesse sentido, os psicofármacos permitem a intoxicação dos sujeitos, anestesiando-os em relação ao sofrimento e distanciando-os da realidade que os aflige, mostrando-se um mecanismo extremamente atrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, depois de conhecer um pouco do percurso histórico da psiquiatria e da psicopatologia e atravessar os diversos aspectos implicados na oferta medicamentosa por parte dos médicos e na ávida demanda dos pacientes, podemos notar que a medicalização que caracteriza a contemporaneidade é um fenômeno ainda em crescimento que coloca em risco não apenas o lugar das psicoterapias e da psicanálise, mas, principalmente, a subjetividade dos sujeitos e sua capacidade de lidar com a dor.

O sujeito contemporâneo mostra-se cada vez mais entorpecido, anestesiado e incapacitado para encarar a angústia. Toda forma de sofrimento passa a ser incompatível com as exigências da atualidade, impondo a medicalização como única saída possível para lidar com os sintomas que insistem em se apresentar. Ou seja, se de

um lado o sujeito demanda livrar-se de sua angústia – mesmo que sob o preço de abrir mão de sua subjetividade –, de outro lado há a oferta de medicamentos que prometem aliviá-lo do sofrimento psíquico por meio do entorpecimento.

Essa é a formação de compromisso que caracteriza a contemporaneidade e diante da qual os profissionais de saúde devem refletir. Afinal, se inicialmente

o avanço psicofarmacológico veio em auxílio da palavra, favorecendo a fala e auxiliando a psicologia e a psicanálise no sentido da cura, na medida em que seu uso é abusivo e indiscriminado, temos o efeito inverso, fazendo calar o paciente, alienando-o.

**O avanço
psicofarmacológico veio em
auxílio da palavra,
favorecendo a fala e
auxiliando a psicologia e a
psicanálise no sentido da
cura, na medida em que seu
uso é abusivo e
indiscriminado, temos o
efeito inverso, fazendo calar
o paciente, alienando-o**

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<SAÚDE>; Medicamento; Doença; Orientação ao homem;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRMAN, J. *Mal-estar a atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREUD, S. (1930 [1929]). “O mal-estar na civilização” (1930 [1929]). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- MONTEIRO, H. R. “A Psicologia deve afirmar a vida: contra a medicalização e a patologização do social. In: *Jornal do Conselho Regional de Psicologia*, Ano 2, nº 11, setembro, 2006.
- OLIVEIRA, C. “Sobre a medicalização da angústia na atualidade”. In: *Angústia*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2006.